



Novo PNE 2024-2034: Governo Lula envia projeto de lei para análise do Congresso

O projeto de lei que institui o novo Plano Nacional de Educação (2024-2034) foi assinado e enviado ao Congresso pelo presidente Lula nesta quarta-feira (26). A cerimônia aconteceu no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), com a presença do ministro da Educação, Camilo Santana, do presidente da CNTE, Heleno Araújo, e de outras autoridades.

Elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) a partir de contribuições de um grupo de trabalho (GT) que discutiu a temática, o projeto foi construído conjuntamente por meio de debates com a sociedade e com representantes do Congresso Nacional, de estados, municípios, conselhos de educação, entre outros. Também foram consideradas as proposições da Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em janeiro.

O texto prevê 18 objetivos, compreendidos nas temáticas de educação infantil, alfabetização, ensino fundamental e médio, educação integral, diversidade e inclusão, educação profissional e tecnológica, educação superior, estrutura e funcionamento da educação básica.

Para cada objetivo, foram estabelecidas metas que os quantificam e permitem seu monitoramento ao longo do decênio. A proposta contém 58 metas, que são comparáveis com os 56 indicadores do plano vigente. Para cada meta, há um conjunto de estratégias que expressam as principais políticas, programas e ações envolvendo a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, para o alcance dos objetivos propostos.

Seminário PNE 10 anos

No mesmo dia, antes da cerimônia de assinatura do novo projeto do PNE pelo presidente Lula, a Frente Parlamentar Mista da Educação da Câmara dos Deputados reali-



zou um seminário sobre os 10 anos do PNE. Parlamentares e especialistas convidados analisaram os resultados do PNE que encerra seu ciclo de 10 anos em 2024 e comentaram a nova proposta enviada ao Congresso.

De acordo com o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Educação (MEC), Gregório Grisa, o novo PNE deverá ter 18 objetivos e 58 indicadores, com foco especial na qualidade nas áreas de infraestrutura, recursos humanos na educação infantil e na profissional, no ensino superior e na formação de professores.

Estão previstas ainda metas específicas para a educação indígena, do campo e quilombola. “Construir educação indígena e quilombola não custa a mesma coisa que garantir a educação urbana no Brasil”, salientou Grisa. Além disso, o novo PNE deve incluir metas relacionadas à cidadania digital, à educação ambiental e aos direitos humanos.

Justiça social

O presidente da CNTE e coordenador do Fórum Nacional da Educação, Heleno Araújo, presente no Seminário, refletiu sobre o PNE atual e criticou a falta de implementação das políticas previstas no documento de 2014.

“Passamos dez anos sem o Sistema Nacional de Educação, sem a regulamentação do Custo Aluno

Qualidade (CAQ), sem leis específicas para a gestão democrática. Com a ausência dessas políticas e dessas leis, nós tivemos, novamente, o direito da educação negado pelo estado brasileiro”, afirmou Heleno, que também lembrou que o Brasil tem 68 milhões de brasileiros que não concluíram a educação básica.

Heleno espera que o novo PNE deve ser comprometido com a justiça social e o desenvolvimento socioambiental sustentável.

“A educação é um direito objetivo. E ela mesmo é um poderoso instrumento para a justa compreensão e consciente atuação nos processos sociopolíticos, para garantir a realização da dignidade humana que está inscrita na Constituição Federal, disse.

Para o deputado Rafael Brito (MB-AL), coordenador da Frente Parlamentar da Educação, para a elaboração do novo PNE será importante fazer um debate despolitizado em comissão especial a ser criada.

“Não falta dinheiro no Brasil. Essa é a oitava economia do mundo. Um PIB de mais de R\$ 10 trilhões. Sinto falta de quando virá o pacote da educação, para que a gente possa transformar verdadeiramente a educação do nosso país”, comentou Brito.

Com informações da Agência Câmara de Notícias e Agência Brasil.

Escrito por: Redação CNTE



Vitória na justiça garante às jornalistas da EB-SERH jornada especial de 5 horas diárias

Em decorrência de incansáveis batalhas judiciais, a Assessoria Jurídica do SINDSEP/MA obteve vitória no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho reconhecendo às empregadas da EB-SERH (HUUFMA) ocupantes do cargo de “Analista Administrativo - Jornalismo” a aplicação da jornada especial prevista na legislação trabalhista de 05 (cinco) horas diárias.

Após o trânsito em julgado, além da redução de jornada, as empregadas farão jus ao recebimento de



horas extras excedentes à 25ª semanal e seus reflexos.

A EB-SERH vinha negando o direito das reclamantes sob o fundamento de que o Edital do Concurso Público previa a jornada de 08 (oito) horas diárias e de que as empregadas não desempenhavam funções típicas de jornalistas dentro da empresa.

No entanto, o Tribunal

Superior do Trabalho reconheceu o direito das empregadas e firmou o entendimento de que o princípio da vinculação ao edital não pode se sobrepor ao princípio da legalidade previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, de modo que deve ser observada a norma inscrita no art. 303, da CLT.

PCCTM tem primeira reunião no MGI

Seguindo cumprimento do acordo firmado com servidores, foi instalada nessa terça-feira, 25, mais uma mesa específica e temporária no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI): a do Plano de Cargos e Carreira da Tecnologia Militar (PCCTM). Pelo governo participaram representantes da SRT, SGP e Ministério da Defesa. A Condsef/Fenadsef participou com representantes do seu departamento de civis dos órgãos militares (DOMC).

A instalação da mesa foi reivindicada formalmente há quase um ano, em julho de 2023. Ontem, as demandas foram novamente apresentadas, incluindo

a reestruturação do PCCTM, uma das prioridades da categoria.

O MGI se comprometeu a apresentar uma proposta de reajuste remuneratório na próxima reunião da mesa específica ainda com data a ser confirmada, mas pontuou que debates mais complexos sobre reestruturação de carreiras vão ter continuidade num momento posterior. Um dos pontos é viabilizar a inclusão de reajuste remuneratório na Lei Orçamentária Anual (LOA) com prazo até 31 de agosto.

Pauta formalizada

Para formalizar a pauta de reivindicações dos servidores do PCCTM, a Condsef/Fenadsef

enviou, por protocolo eletrônico, uma síntese do pleito ao MGI e ao Ministério da Defesa.

Dentro da reestruturação uma das reivindicações históricas é a inclusão de servidores que ficaram de fora do PCCTM, incluindo o enquadramento dos servidores do PGPE dos órgãos industriais militares. A extensão da GQ (gratificação de qualificação) para servidores de nível auxiliar é outro ponto.

Além disso, servidores cobram a destinação de recursos financeiros para a revitalização dos órgãos industriais militares da Marinha, Exército e Aeronáutica com realização de concurso.

Condsef/Fenadsef